



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6713

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Repassa Recursos, Firma Convênio, faz doação, concede subvenção, contribuição e ajuda financeira, destina as aplicações do Executivo

Autoria: Executivo Municipal

Data: 05/05/2005

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 33/2005. Autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros ao Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde – COSEMS.

Controle Interno – Caixa: 21.1 **Posição:** 07 **Número de folhas:** 05

Espécie: R
Categoria: Repasse de recursos
A: 21.1
Ordem: 07
Ordem: 03



33/2005

28.06.2005

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2005

AUTOR:

EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO:

Autoriza o Poder Executivo Repassar Recurso Financeiro
ao Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde - COSEMS.

MOVIMENTO

Entrada em 05/05/2005

- 1 - Comissão de Legislação e Justiça
- 2 -
- 3 - VISTAS POR 3 DIAS EM 07.06.2005
- 4 - APROVAMENTO DE RESOLUÇÃO EM
- 5 - 14.06.2005
- 6 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 7 - C.R.E.M. 28.06.2005
- 8 -
- 9 -
- 10 -



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
Procuradoria Geral

PROJETO DE LEI Nº _____/2005.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REPASSAR RECURSOS
FINANCEIROS AO COLEGIADO DOS SECRETÁRIOS
MUNICIPAIS DE SAÚDE/MG – COSEMS.

O Povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na
Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria
Municipal de Saúde, autorizado a repassar recursos financeiros ao Colegiado dos
Secretários Municipais de Saúde /MG – COSEMS, com a seguinte dotação orçamentária:

- 1801. 10. 122. 0005. 2141/33.50.41Secretaria Municipal de Saúde
R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se
as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Montes Claros (MG), 14 de abril de 2005.


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
 EM 06 DE MAIO DE 2005

 PRESIDENTE

Projeto legal e
 Constitucional
 A. Silva

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE FINANÇAS
MENTO TO MATA CONTÁ
 EM 06 DE MAIO DE 2005

 PRESIDENTE

Levados pelo enco-
 minamento ao
 Plenário
 Em 06/06/2005

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
 EM 28 DE MAIO DE 2005

 PRESIDENTE



Prefeitura de Montes Claros - MG
Procuradoria Geral



Montes Claros, 02 de Maio de 2005.

Ofício nº: PJ / 035 /2005

Assunto: Projeto de Lei

Serviços: Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente;


Temos a honra de encaminhar a V. Exa. o incluso Projeto de Lei com o qual pretendemos firmar convênio e repassar recursos financeiros ao Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde /MG – COSEMS.

O repasse é feito mensalmente para o referido Colegiado, do qual fazem parte os Secretários Municipais de Saúde de Minas Gerais, para que os mesmos mantenham o direito a voto.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei é relevante, acreditamos que, V. Exa. e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres Vereadores nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Sebastião Ildeu Maia
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2005 QUE “Autoriza o Poder Executivo a Repassar Recursos Financeiros e Firmar Convênio com a Associação Comercial e Industrial de Montes Claros-ACI” de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

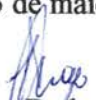
A iniciativa de Leis autorizando o repasse de recursos financeiros municipais é do Executivo Municipal.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo, bem como, existe previsão orçamentária para o mencionado recurso.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à técnica legislativa.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 23 de maio de 2005.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605